

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/10255	14215/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DPC - UTF - UNIDADE		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Em face da revogação do Decreto-Lei 124/2006, de 28 de junho, e da entrada em vigor do Decreto-Lei 82/2021, de 13 de outubro, o qual veio estabelecer o regime jurídico do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), e da atualização dos montantes previstos no art. 19º do Decreto-Lei 8/2017, de 9 de janeiro, operada por via do Decreto-Lei n.º 10 /2025, de 19 de fevereiro, se torna necessário revogar o protocolo anteriormente vigente entre o Município de Braga e a Associação Florestal do Cávado, substituindo-o por um novo protocolo de colaboração, com vigência anual, sucessivamente renovável por igual período.

Assim, está o assunto em condições de prosseguir para o Exmo. Sr. Presidente da Câmara, para efeitos de remessa ao Executivo Municipal.

ASSIM, SOLICITA-SE AO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA – aprovação da minuta de Protocolo de Colaboração celebrado entre o Município de Braga e a Associação Florestal do Cávado, prevendo a comparticipação financeira do primeiro à segunda no valor anual de € 60.000,00 por equipa, no total de € 120.000,00/ano, renovando-se sucessivamente por igual período anual.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.



DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO
ENTRE O
MUNICÍPIO DE BRAGA
E A
ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO CÁVADO

Entre:

MUNICÍPIO DE BRAGA, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede no, 4700-735, concelho de Braga, neste ato representado pelo senhor Dr. Ricardo Bruno Antunes Rio, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal e no uso dos poderes que lhe são conferidos pela alínea a), do n.º 1, do artigo 35.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atualizada, doravante designado por **Primeiro Outorgante**;

E

ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO CÁVADO, pessoa coletiva n.º 503 814 407, com sede na Avenida Alfredo Barros, n.º 24, 4715-350 Braga, neste ato representada pelo Senhor Carlos Cação, que outorga na qualidade de Presidente da Direção, com poderes para o ato, doravante designada por **Segunda Outorgante**.

É celebrado, livremente e de boa-fé, e reciprocamente aceite, o presente Protocolo de Colaboração que se regerá pelas cláusulas seguintes e no que for omissa pela legislação aplicável em vigor.

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Objeto)

1 - O presente protocolo de colaboração estabelece os termos e condições de



colaboração entre as partes outorgantes, no que concerne ao apoio a prestar pelas equipas de sapadores florestais de Braga, SF 08-112 e SF 10-112.

2 - A Segunda Outorgante continua a constituir-se como entidade empregadora das equipas, cuja relação jurídica de emprego se encontra definida na legislação em vigor.

3 - As equipas de sapadores florestais são constituídas no mínimo por 5 (cinco) efetivos.

CLÁUSULA SEGUNDA

(Funções das equipas)

1 - As equipas de sapadores florestais compostas por trabalhadores especializados com perfil e formação específica para prevenir os incêndios florestais promovendo a gestão florestal e defesa da floresta exercendo a sua função, nomeadamente, através de:

- a) Ações de silvicultura;
- b) Gestão de combustíveis – roça de matos e limpeza dos povoamentos;
- c) Acompanhamento na realização de fogos controlados;
- d) Realização de queimadas;
- e) Manutenção e beneficiação da rede divisional, de faixas e mosaicos de gestão de combustíveis;
- f) Manutenção e beneficiação de outras infraestruturas;
- g) Vigilância das áreas a que se encontram adstritas, identificadas no Plano Operacional Municipal, quando na situação de vigilância armada;
- h) Primeira intervenção, apoio ao combate e respetivo rescaldo;
- i) Sensibilização do público para as normas de conduta, em especial, na prevenção, uso do fogo e limpeza da floresta.
- j) Apoio a ações de proteção civil, sempre que solicitado pelo primeiro outorgante.

2 - Sem prejuízo das funções descritas no n.º 1, as ações/trabalhos de Gestão Integrada de Fogos Rurais das equipas de sapadores florestais de Braga, SF 08-112 e SF 10-112 encontram-se sujeitas às restrições/limitações que se enumeram:

- a) Em áreas de associados da Segunda Outorgante, estabelecidos no concelho de Braga, as ações anuais de Gestão Integrada de Fogos Rurais levadas a efeito pelas equipas de sapadores florestais de Braga SF 08-112 e SF 10-112, não poderão exceder o período máximo anual de 15 (quinze) dias úteis, por cada equipa;



- b) As ações definidas pelo Primeiro Outorgante para o Plano Anual das Equipas, desenvolvem-se durante todo o ano à exceção do período de afetação para serviço público sob responsabilidade do ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e do referido na alínea anterior.
- c) Quando definidas pelo ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas não poderão exceder o período máximo anual de 55 (cinquenta e cinco) dias úteis.

3 - As ações de vigilância armada e supressão de incêndios definidas pelo ICNF, não poderão exceder o período máximo anual de 55 (cinquenta e cinco) dias, incluindo fins-de-semana, feriados e horas noturnas, conforme Programa Nacional de Sapadores Florestais: Definição e Contabilização do Serviço Público.

CLÁUSULA TERCEIRA

(Área de intervenção)

A área de intervenção contínua das equipas de sapadores corresponde à área do concelho de Braga.

CLÁUSULA QUARTA

(Direitos e deveres do Primeiro Outorgante)

Constituem direitos e deveres do Primeiro Outorgante:

- a) Atribuir à Segunda Outorgante uma comparticipação financeira anual a cada equipa, para apoio ao funcionamento e desenvolvimento das atividades.
- b) Planear e coordenar as ações de Gestão Integrada de Fogos Rurais, através dos Órgãos respetivos com a colaboração das entidades que compõe a respetiva Comissão Municipal.
- c) Autorizar, sem qualquer encargo para a Segunda Outorgante, que os veículos respetivos equipamentos à disposição das equipas de sapadores para desempenho da sua missão sejam aparcados no parque de viaturas do Primeiro Outorgante, dispondo ainda de um local para efetuar a manutenção de todo o equipamento.
- d) Definir para a Segunda Outorgante um programa de ação para o ano seguinte, onde



se definem em suporte cartográfico digital, as áreas de atuação bem como o conjunto das atividades a desenvolver.

- e) Receber da Segunda Outorgante, mensal relatório das ações realizadas.
- f) Receber da Segunda Outorgante no final de cada semana a programação dos trabalhos da semana seguinte.
- g) Acompanhar e exigir o cumprimento integral do presente protocolo de colaboração.

CLÁUSULA QUINTA

(Direitos e deveres da Segunda Outorgante)

Constituem direitos e deveres da Segunda Outorgante:

- a) Receber do Primeiro Outorgante uma comparticipação financeira anual a cada equipa, para apoio ao funcionamento e desenvolvimento das atividades.
- b) Coordenar a atividade das equipas de sapadores florestais.
- c) Suportar as despesas decorrentes da contratação dos sapadores, incluindo os salários, os encargos sociais e seguros, as despesas de funcionamento e as de enquadramento das equipas que lhe cabem enquanto entidade patronal.
- d) Dispor de um seguro de acidentes pessoais que cubra os riscos inerentes à atividade que desenvolvem.
- e) Dispor de equipamentos de proteção individual para todos os elementos indispensável ao exercício das suas funções.
- f) Garantir a formação profissional dos sapadores florestais, cujo programa formativo pode ser garantido e realizado por meios próprios, técnicos e logísticos, ou em alternativa por entidade formadora devidamente acreditada.
- g) Executar o programa de ação e outras solicitações definidas pelo primeiro outorgante.
- h) Elaborar e entregar ao Primeiro Outorgante, um relatório mensal das ações realizadas.
- i) Elaborar no final de cada semana a programação dos trabalhos da semana seguinte e enviar ao primeiro outorgante.
- j) Acompanhar e exigir o cumprimento integral do presente Protocolo de Colaboração.



CLÁUSULA SEXTA

(Comparticipação financeira)

- 1 - O Primeiro Outorgante atribuirá uma participação financeira a cada equipa da Segunda Outorgante, no valor anual de € 60 000,00 (sessenta mil euros), para o desenvolvimento das funções, tarefas e ações referidas no presente protocolo.
- 2 - O pagamento será efetuado em prestações de igual valor com periodicidade trimestral.
- 3 - O pagamento das prestações a que alude o número anterior será efetuado no mês seguinte ao que completa o trimestre anterior, após validação prévia do Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA SÉTIMA

(Colaboração)

1. As partes comprometem-se a prestar, reciprocamente, toda a colaboração que se revele necessária à boa e regular execução deste protocolo, pautando a sua conduta em obediência ao princípio da boa-fé.
2. As partes designam um gestor de contrato, a quem cumprirá acompanhar permanentemente a sua execução, detetando desvios e reportando-os, identificando em relatório autónomo as medidas corretivas que se revelem adequadas.

CLÁUSULA OITAVA

(Cessação)

A cessação do presente protocolo pode ocorrer por acordo das partes, por resolução quando se verifique o incumprimento por parte de uma delas ou por motivos de interesse público.

CLÁUSULA NONA

(Incumprimento)

- 1 - O não cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas no presente protocolo de colaboração constitui a parte outorgante não faltosa no direito à sua rescisão, não implicando qualquer tipo de indemnização, independentemente dos motivos que tenham



justificado a decisão.

2 - A rescisão deverá ser feita por escrito com a invocação dos fundamentos e terá de ser efetuada com a antecedência mínima de 30 dias, em relação à data da produção dos efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA

(Norma revogatória)

Fica revogado o Protocolo de Colaboração anteriormente celebrado sobre a mesma matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

(Aplicação e integração de lacunas)

Quaisquer dúvidas suscitadas, lacunas e conflitos emergentes da aplicação do presente protocolo de colaboração serão resolvidas por acordo entre as partes outorgantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

(Revisão)

O presente protocolo pode ser revisto, por acordo das partes, no entanto salvo razões extraordinárias e ponderosas, as alterações que lhe sejam introduzidas, só se aplicarão no ano civil seguinte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

(Foro)

As partes elegem para a solução de todo e qualquer litígio emergente da aplicação ou interpretação do presente protocolo de colaboração o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

(Vigência)

O presente protocolo é anual e vigora entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, reportando os seus efeitos a 1 de janeiro de 2025, e considera-se automaticamente renovado por



períodos anuais, salvo se for denunciado, por escrito, por qualquer uma das partes, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em relação ao seu termo ou renovação.

O presente protocolo de colaboração é feito em duplicado, ambos valendo como originais, os quais vão ser assinados pelas partes, que ratificam na totalidade o seu teor, ficando um exemplar na posse da Primeira Outorgante e o outro da Segunda Outorgante.

Braga, ____ de _____ de 2025

O Primeiro Outorgante

A Segunda Outorgante

/, Dr./

Presidente da Câmara Municipal

/Carlos Cação/

Presidente da Direção

